



FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL¹

SOUZA, José Francisco Ribeiro de. FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. Florianópolis: Id Acadêmico, 2025

RESUMO: Esse trabalho tem como objetivo discorrer sobre a importância da formação continuada para os docentes da educação especializada. Foram questionados quais os principais desafios que os profissionais da área da educação especializada encontram em seu cotidiano em questão de formação de conhecimento do profissional. Percebe-se que o mundo evolui diariamente, e o professor precisa estar evoluindo juntamente com a tecnologia trazendo sempre novas metodologias para que seu aluno possa desenvolver da melhor maneira possível. Assim, levando em que são alunos com deficiência, esse professor precisa estar ainda mais atualizado, isso pode ser feito através cursos, formações continuadas, aulas expositivas, palestras, pós graduações e outros meios. Foram utilizados como base de pesquisa os estudos feitos por Melo Santos (2020), Peixoto (2020) e Cavalcante (2018). Podendo concluir que são necessários mais recursos para conhecimento e capacitação dos docentes na educação especial.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Continuada. Educação Especial. Prática Docente.

CONTINUING TRAINING OF SPECIAL EDUCATION TEACHERS

ABSTRACT

This paper aims to discuss the importance of continuing education for teachers in specialized education. The main challenges that professionals in the area of specialized education face in their daily lives regarding the development of professional knowledge were asked. It is clear that the world evolves daily, and teachers need to evolve along with technology, always bringing new methodologies so that their students can develop in the best possible way. Thus, considering that they are students with disabilities, these teachers need to be even more up-to-date, which can be done through courses, continuing education, expository classes, lectures, postgraduate studies and other means. The studies carried out by Melo Santos (2020),

¹ Artigo científico elaborado por exigência do curso de mestrado em Educação da Universidade UML em parceria com a Integralize /Brasil. 2025.

Peixoto (2020) and Cavalcante (2018) were used as a research basis. It can be concluded that more resources are needed for the knowledge and training of teachers in special education.

KEYWORDS: Continuing Education. Special Education. Teaching Practice.

FORMACIÓN CONTINUA DEL PROFESORADO DE EDUCACIÓN ESPECIAL

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo discutir la importancia de la formación continua de los docentes de educación especializada. Se les preguntó sobre los principales desafíos que los profesionales del área de educación especializada encuentran en su vida cotidiana en términos del desarrollo de conocimientos profesionales. Es evidente que el mundo evoluciona día a día, y los docentes necesitan evolucionar junto con la tecnología, aportando siempre nuevas metodologías para que sus alumnos puedan desarrollarse de la mejor manera posible. Por lo tanto, considerando que son estudiantes con discapacidad, este docente necesita estar aún más actualizado, esto puede hacerse a través de cursos, formación continua, charlas, conferencias, postgrados y otros medios. Se utilizaron como base de investigación los estudios realizados por Melo Santos (2020), Peixoto (2020) y Cavalcante (2018). Se puede concluir que se necesitan más recursos para el conocimiento y la formación del profesorado en educación especial.

PALABRAS CLAVE: Educación Continua. Educación Especial. Práctica docente.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo discutir a formação continuada dos professores, abordando reflexões acerca de sua importância nas práticas escolares, destacando sua relevância no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência.

A formação continuada dos professores é de grande relevância, pois a educação está em constante mudança; com isso, o educador deve desenvolver habilidades para se adequar a elas. Possibilitando novos conhecimentos e melhorias em sua prática docente. O objetivo desta pesquisa é analisar a importância da formação continuada do docente que atua na educação especial. Pois adquirir conhecimento constantemente é de suma importância para que as práticas conquistadas melhorem as condições de trabalho e o tempo dos professores, colaborando também para o rendimento do aluno.

Diante da necessidade de docentes aptos a trabalharem com crianças portadoras de deficiências, torna-se evidente a importância da formação continuada

dos profissionais que se dedicam a educação especial. A constatação dessa necessidade, ao longo dos anos, vem sendo trabalhada e, aos poucos, está tornando mais acessível a sociedade que precisa inserir seus filhos no convívio social e possibilitar às condições necessárias para o aprendizado e desenvolvimento cognitivo e emocional da criança.

Num contexto de grandes transformações culturais, tecnológicas onde diversas visões de mundo e formas de pensar se inter cruzam ininterruptamente a mudanças ocorrem a todo momento; e, na educação não é diferente. O modelo educacional tem mudado constantemente em seus parâmetros e desempenho, trazendo um impacto significativo em todos os níveis da sociedade. Para acompanhar essas transformações é preciso criar uma consciência da necessidade da formação continuada que ofereça aos docentes novos métodos de ensino-aprendizado que levem e considerações as mudanças no âmbito da educação.

A partir desse enfoque, tema proposto para a investigação deve ser colocado da seguinte forma: Quais os principais desafios que os profissionais dessa área encontram? E em questão de conhecimentos, que tipo de formação e métodos de trabalhabilidades são ofertados para esses profissionais dentro do seu âmbito de trabalho? Nesse cenário educacional de forma mais precisa voltado a educação de crianças com necessidades, são muitos os obstáculos encontrados por todos de atuam na área da educação, especialmente, com a educação inclusiva.

Porker, Martins e Girot (2016) ao falar da formação inclusiva, com foco na formação de professores, elencam oito desafios pertinentes à educação inclusiva, a saber: falta de formação adequada dos professores; resistência à inclusão; carga de trabalho elevada; falta de apoio especializado; desafios na articulação entre ensino comum e especializado; preconceito e falta de sensibilização e políticas públicas insuficientes.

Mencionados esses desafios chega-se à conclusão que é preciso trabalhar a educação de forma diferenciada, oportunizando aos professores e, demais profissionais da área, cursos de formações capazes de beneficiar um número mais de docentes que atuem ou não na educação especial.

A partir do exposto até aqui, percebe-se a importância da capacitação do docente, para que este venha aprimorar sua prática. E este esteja adaptado aos avanços tecnológicos e pedagógicos que requer novas iniciativas educativas de ensino aprendizagem.

METODOLOGIA

A cerca dessa pesquisa segue a noção convencional de metodologia focada no método hipotético-dedutivo a partir de análise bibliográfica, de forma interpretativa e reflexiva, com a finalidade de oferecer uma reflexão teórica qualificada sobre a educação inclusiva na formação de professores.

O conceito de método que subjaz a pesquisa parte da definição a seguir: O método, na etimologia, significa um meio ou modo de se começar a desenvolver algo, e ser materializado por meio de hipótese, procedimento ou técnicas que possa ser finalizado. Já método científico pode ser caracterizado como “[...] como conjunto de procedimentos pelos o pesquisador elabora um sistema de proposições e explicações para o entendimento, a compreensão e a apreensão dos fatos e dos fenômenos que constituem a realidade, o mundo, o universo. (SANTOS, 2019b, p.02).

O projeto sobre a formação continuada de docentes da educação especial foi desenvolvido por meio de pesquisas exploratórias que “[...] caracterizam-se por intentarem a ampliação do conjunto de informações acerca de um determinado assunto ou fenômeno a fim de possibilitar elementos como o tema abordado, a reformulação de hipóteses ou de outro enfoque[...]”. (SANTOS, 2019a, p.03). Junto à pesquisa exploratória, utilizamos o método bibliográfico, com o intuito de analisar e coletar informações necessárias para complementar o trabalho.

Utilizamos, também, o método hipotético-dedutivo e a pesquisa metodológica que “[...] tem como objetivo a indagar sobre os métodos e os procedimentos de que se valem os pesquisadores para fazê-lo científico.”. (SANTOS, 2019a, p. 02). Em relação ao tratamento dos dados ou das informações obtidas, usou-se da pesquisa qualitativa que é a utilizada para investigar problemas em que os procedimentos estatísticos não podem alcançar ou representar a verdade, em virtude de sua complexidade. Segundo Rodrigues e Lumena (2006, p.90) comentam que, “[...] por meio da abordagem qualitativa, o pesquisador tenta descrever a complexidade de uma determinada hipótese, analisar a interação entre as variáveis e ainda interpretar os dados, fatos e teorias. (apud SANTOS, 2019a, p.07).

DESENVOLVIMENTO

A evolução da ciência educacional e de vários outros campos científicos demonstra que o conhecimento novo e contínuo sobre ensino e aprendizagem vem modificando. Historicamente, o conceito de educação continuada apareceu em documentos legais, na segunda LDB (1971) em seu Artigo 11(1); estabelece que: “§ 1º Os estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus funcionarão entre os períodos letivos regulares para, além de outras atividades [...] desenvolver programas de aperfeiçoamento de professores e realizar cursos especiais de natureza supletiva”. (BRASIL, 1971). Assim, a formação continuada de professores começou a aparecer no discurso oficial como um processo de atualização do conhecimento, adequando - se à rápida atualização de literaturas sobre o assunto.

Em 1982, a crise na formação de professores no Brasil levou o então Ministério da Educação e Cultura - MEC a criar o CEFAM (Centro Especializado de Formação e Aperfeiçoamento) que visava melhorar a qualidade do ensino e da formação nas escolas. Em 1990, realizou-se em Zontin, Tailândia, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos organizado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e cultura (UNESCO), pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), pela Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Banco Mundial. O Brasil esteve presente e, como outros países, reconhecer a educação como um direito fundamental, que devia ser democrático em termos de acesso e aprendizagem. (MELO; SANTOS; 2020).

As reformas do Estado brasileiro na década de 1990 foram consolidadas em leis, decretos, resoluções, pareceres e atos normativos, redefinindo e revisando a estrutura e o texto da Lei Nacional de Educação LDBEN – Lei Nacional de Diretrizes e Fundamentos da Educação nº 9.394, de dezembro de 1996. Com isso, a formação continuada de professores passou a ser valorizada pelo discurso oficial e vista como um processo de atualização do conhecimento em detrimento da rápida atualização do conhecimento e do desenvolvimento tecnológico. (MELO; SANTOS; 2020).

A docência no nosso país é, desde os primórdios desvalorizada, quer pelas políticas públicas e até mesmo pela sociedade. Muitos pais enviam seus filhos à escola, mas não os acompanham no processo de ensino aprendizagem delegando

essa responsabilidade exclusivamente aos professores. Esse é um dos motivos pelo qual quem opta pela docência sabe que terá grandes desafios pela frente em sua jornada profissional, sem mencionar os obstáculos advindo da falta de capacitação e de recursos. De maneira especial, aqueles que atuam na rede de ensino pública, como os professores vivem em constante aprendizado, a necessidade de formação docente é, pois, indispensável. (Cf. PEIXOTO, 2020).

As novas metodologias precisam de docentes flexíveis e aptos às mudanças ocorridas no âmbito da educação, já que a prática em sala de aula tem o professor como o mediador de conhecimento e as práticas formativas usadas por ele no ensino aprendizado do aluno deve oferecer condições suficientes para desencadear as transformações pretendidas visando maior autonomia e envolvimento do estudante. Desse modo, aquele que estuda será, ou seja, o mesmo que ensina, ele estará ensinando e aprendendo junto com seus colegas de profissão. (FREITAS, 2007). Nesse processo, os professores passam a ser aprendizes uns com os outros. Trata-se de uma troca de experiência prática e teórica que traduzirá em enriquecimento na formação de alunos e professores.

Aos docentes, faz-se necessário planejamento e preparo para oferecer diversidade de estratégias didáticas e manter a intencionalidade pedagógica incitante, a autonomia e a superação; e à escola o compromisso em promover esse suporte tão necessário ao processo de ensino e aprendizagem. De acordo com a BNCC, a intencionalidade pedagógica refere-se ao propósito ou intenção que orienta as práticas pedagógicas, visando o desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos.

Daí a certeza de que o ato de educar exige mais que formação, vai além das leis e exigências da LBD, a educação necessita de práticas inovadoras, ultrapassando os limites da teoria, são experiências que o docente vai acumulando com as vivências do dia a dia, colocando em prática seus conhecimentos pedagógicos com a área em que atua. (PEIXOTO, 2020).

O professor vive em constante aprendizado e a educação especial necessita de dedicação por parte daqueles que trabalham na área voltada ao aprendizado de crianças com limitações. Além de formação eles precisam ter vocação para desenvolver um trabalho contínuo e persistente para com os casos mais complexos e desafiadores à educação. (PEIXOTO, 2020). Evidentemente, a educação deve ser movida pela vocação pelo ato de ensinar e de aprender, no entanto, essa vocação

não pode ficar a mercê somente da boa vontade do educador. É preciso que tenha um aparo de apoio que compreenda toda a rede escolar envolvendo, pais, gestores, professores e alunos, subsidiados por políticas públicas de qualidades.

A educação especial só foi assumida pelo poder público no Brasil em 1957, e só em 1972 se caracterizou como educação especial. Os obstáculos foram muitos, mas a sociedade, pais, professores e profissionais da saúde tiveram um forte empenho para que as crianças com deficiência fossem inseridas no mesmo ambiente escolar das sem deficiências. (CAVALCANTE et al., 2018). Tratou-se de um olhar inclusive para uma parcela da sociedade vista como incapazes de aprendizagem. A inclusão promovida nos espaços educativos para além da questão do aprendizado é um primeiro passo para combater preconceitos e favorecer às crianças portadores deficiências igualdades de direitos e de oportunidades na medida das suas reais possibilidades.

Com esse intuito, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 4.024/61 “Garantiu o direito dos “alunos excepcionais” à educação, estabelecendo em seu Artigo 88 que para integrá-los na comunidade esses alunos deveriam enquadrar-se, dentro do possível, no sistema geral de educação.” (CAVALCANTE et al., 2018, p. 94). Essa lei corrigiu a distorção pretendida por alguma teoria e prática pedagógica que pretendida suplantou a educação especial aos espaços separados e distintos como condição de aprendizagem.

A implementação de leis e decretos serviu como ponto inicial para a formação do docente que desenvolve seu trabalho na educação especial e, com o atendimento especializado na educação, foi possível a inclusão de conteúdos curriculares a serem usados no trabalho com crianças deficientes. A escola inclusiva comporta vários desafios no que tange o preparo de professores atuantes nessas áreas de formação. Trabalhar com crianças portadores de deficiência é uma realidade que provoca impacto na prática docente. Muitos profissionais da educação relatam suas angústias e medos quanto a necessidade de desenvolver trabalhos direcionados ao ensino de alunos com necessidades específicas. (PEIXOTO, 2020).

Essa realidade tem demonstrado um impacto importante na prática docente. Muitos relatos de professores trazem à tona suas angústias e inseguranças face ao desafio de se ensinar ao aluno com necessidades específicas devido à falta de formação. Para alguns, esse novo desafio pode gerar resistência à inclusão. Para outros, representará uma oportunidade de movimento em busca do aprendizado e do aprimoramento. Estar aberto ao novo e permitir a construção, desconstrução e reconstrução de suas

práticas pedagógicas fazem parte da atitude do docente na escola inclusiva.
(CASTRO, 2020)

As angústias sentidas pelos tais profissionais se justificam por alguns fatores: faltas de preparação adequada; quantidade excessiva de alunos em sala de aula; números de alunos portadores de deficiências que ultrapassa o número permitido em lei em uma sala de aula; ausência de laudo fornecido pela família; ausência de outros profissionais de apoio, tais, como mediador, cuidador, intérprete e outros. Nesse caso, o professor se vê obrigado a dar conta dessa demanda quase sozinho.

Para amenizar essa angústia é de suma importância que a formação de professores, para a Educação Inclusiva, esteja subsidiada em análises do conhecimento científico acumulado a respeito das competências e habilidades necessárias para atuar nessa nova perspectiva e numa rede de apoio subsidiadas pela escola. O referido domínio das competências e habilidades de alicerçado na reflexão e na criatividade pedagógica.

Dentro desta dinâmica, o educador precisa ser capaz de selecionar conteúdos, organizar estratégias e metodologias diferenciadas, de modo a favorecer a aprendizagem de todos os alunos, independentemente de sua diferente condição social, intelectual, sensorial, comportamental, física ou qualquer outra. (cf. POKER; MARTINS; GIROTO, 2016). Deve sempre partir do princípio de que todas as crianças são sujeitas capazes de aprendizagem, logo ninguém deve ficar fora desse processo. No então, é preciso considerar que a aprendizagem acontece dentro das possibilidades e do ritmo de cada criança.

Brasil (1994, p.11 apud PEIXINHO 2016, p. 40), comenta sobre a Declaração de Salamanca que prevê a necessidade de formação de professores em educação especial; com:

43. (...) Treinamento em serviço deveria sempre que possível, ser desenvolvido ao nível da escola e por meio de interação com treinadores e apoiado por técnicas de educação à distância e outras técnicas auto didáticas. 44. Treinamento especializado em educação especial que leve às qualificações profissionais deveria normalmente ser integrado com ou precedido de treinamento e experiência como uma forma regular de educação de professores para que a complementariedade e a mobilidade sejam assegurados. 45. O Treinamento de professores especiais necessita ser reconsiderado com a intenção de se lhes habilitar a trabalhar em ambientes diferentes e de assumir um papel-chave em programas de educação especial. Uma abordagem não categorizante que embarque todos os tipos de deficiências deveria ser desenvolvida como núcleo comum e anterior à especialização em uma ou mais áreas específicas de deficiência. 46. Universidades possuem um papel majoritário no sentido de aconselhamento no processo de desenvolvimento da educação especial, especialmente no que diz respeito à pesquisa, avaliação, preparação de

formadores de professores e desenvolvimento de programas e materiais de treinamento. (BRASIL, 1994, p.11).

É importante ressaltar que não existe um conjunto de competências ou de conhecimentos pré-estabelecidos que darão ao educador as condições definitivas para sua atuação junto aos alunos com necessidades específicas. Isto porque, cada sujeito é único em suas especificidades e necessitará de uma abordagem didático-pedagógica personalizada. Desse modo, as competências para o ensino inclusivo se constroem de forma contínua, à medida em que o professor estabelece um vínculo com seu aluno, observa suas singularidades, troca informações com seus pares e aplica seus conhecimentos teóricos ajustando-os a cada caso, professor inclusivo é aquele que, em suas atividades educacionais cotidianas, valoriza a diversidade e especificidades de seus alunos, (cf. CASTRO, 2020).

CONCLUSÃO

Nesse trabalho foi dissertado sobre a formação continuada de professores da educação especializada, a fim de compreender a necessidade de profissionais capacitados nessa área.

Há uma clara percepção de que os docentes da educação especial enfrentam muitas dificuldades para se capacitar e adquirir as habilidades e as competências necessárias para acompanhar os alunos portadores de necessidades especiais dentro e fora da sala de aula.

Tais situações exigem que os profissionais dedicados aos alunos com necessidades especiais tenham que se desdobrar, muitas vezes caminhando sozinhos, para conseguirem se destacar no trabalho e possibilitar desempenho qualitativo e reconhecimento social para seus alunos.

Tendo em vista que os principais desafios que os profissionais devotados a educação especial são a falta de estruturas adequadas, a falta de recursos materiais e tecnológicos e a escassez de formações continuadas profissionais da educação especial; requer, portanto, uma atenção especial por parte das estruturas educacionais de apoio e do ministério público.

A pesquisa evidencia, também, a necessidade de que os professores estejam à frente das tecnologias de ensino, busquem aprimorar-se nas demandas envolvendo a educação especial visando a humanização do processo educacional e

desenvolvimento alunos com necessidades especiais. Neste sentido, a parcerias com os colegas de profissão, com a equipe gestora e orientação da escola e com as famílias desses alunos é imprescindível para construção de uma educação inclusiva e de qualidade.

Apesar das dificuldades relativas a educação dos alunos portadores de necessidades especiais nas estruturas de ensino no Brasil, é importante ressaltar os avanços, tais como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 4.024/61, em seu artigo 88, "Garantiu o direito dos "alunos excepcionais" à educação; a implantação da educação especial no Brasil tem avançado com a expansão de matrículas em classes comuns e a oferta de recursos como as Salas de Recursos Multifuncionais; a implementação de leis e decretos serviu como ponto inicial para a formação do docente que desenvolve seu trabalho na educação especial; e outros.

Pode se concluir que, para além dos avanços e retrocessos em relação a educação especial no Brasil, há um processo de conscientização, por parte do ministério público, das escolas e das famílias, juntamente com os professores, de que é preciso avançar nas melhorias das estruturais físicas, dos recursos didáticos e metodológicos, dos recursos tecnológicos e humanos a serviço de um processo educacional que seja verdadeiramente inclusivo e humanizador.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acessado em 10/09/2022. Acesso em 20 de setembro de 2022.

CASTRO, J. R. d.; **Formação inicial e continuada na construção da trajetória do professor inclusivo**. Formação inicial e continuada de professores: políticas e desafios / 1. ed [org]. Reginaldo Peixoto. – 1.ed. – Curitiba, PR: Bagai, 2020. Recurso digital. Disponível em: [Editora-BAGAI-Formacao-Inicial-e-Continuada-de-Professores.pdf](http://editorabagai.com.br/Editora-BAGAI-Formacao-Inicial-e-Continuada-de-Professores.pdf) (editorabagai.com.br) Acesso em 25 de outubro de 2023.

CAVALCANTE, D. J. d, S. et al. **Investigação da preparação dos professores para trabalhar os alunos com necessidades especiais na escola estadual governador Dixsept Rosado Em Mossoró/RN**. Políticas públicas na educação brasileira: formação de professores e a condição do trabalho docente / Políticas Públicas na Educação Brasileira Org. Atena Editora. V.8 – Ponta Grossa (PR), 2018. P.241. Disponível em: https://cdn.atenaeditora.com.br/artigos_anexos/2_2919200823f304bca238994a34912adefcaca e92.pdf. Acesso em 10 de setembro de 2023.

FREITAS, Alexandre Simão de. **A questão da experiência na formação profissional**. In: RERREIRA, Andrea Tereza Brito; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; LEAL, Telma Ferraz (orgs). Formação continuada de professores. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. P. 34-51. Disponível em: livro_forma.o.continuada020707finalqr.fica.pmd (serdigital.com.br). Acesso em 25 de outubro de 2023.

MELO, E. S. d. N.; SANTOS Camila Rodrigues dos. A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES(AS) NO BRASIL: DO SÉCULO XX AO SÉCULO XXI, **Revista Humanidades e Inovação**. v.7, n.11 – 2020. Acesso em 10 de setembro de 2023.

PEIXINHO, M. A. A.; **Formação continuada na perspectiva colaborativa para professores que atuam com alunos público-alvo da educação especial**. PPGE Mestrado Profissional Em Educação Linha De Pesquisa: Alfabetização E Práticas Pedagógicas. Universidade Estadual De Santa Cruz – UESC Programa De Pós-Graduação em Formação de Professores da Educação Básica –Ilhéus/Bahia, p. 143. 2016. Disponível em: www.biblioteca.uesc.br/201420645D.pdf (uesc.br). Acesso em 15 de setembro de 2023.

PEIXOTO, Reginaldo. **Formação inicial e continuada de professores**: políticas e desafios. 1. ed. Curitiba; PR: Bagai, 2020. Acesso em 10 de setembro de 2022. Disponível em: [Editora-BAGAI-Formacao-Inicial-e-Continuada-de-Professores.pdf](http://editorabagai.com.br/Editora-BAGAI-Formacao-Inicial-e-Continuada-de-Professores.pdf) (editorabagai.com.br) Acesso em 15 de setembro de 2023

POKER, R.B.; MARTINS, S.E. S. de O.; GIROTO C. R. M.; **Educação inclusiva: em foco a formação de professores** Marília/Oficina Universitária São Paulo/Cultura Acadêmica 2016. São Paulo: Cultura Acadêmica; Oficina Universitária, 2016.

Disponível em: marilia.unesp.br/Home/Publicações/educacao-inclusiva_ebook.pdf
Acesso em 10 de setembro de 2023

SANTOS, C. A. S; **Metodologia científica e pesquisa**. Unidade 2.1; Pesquisa e método. 2019a. _____. **Metodologia científica e pesquisa**. Unidade 2.2; Pesquisa e método. 2019b.